Informativo CNI
Ano 6 • Número 6 • outubro/novembro de 2017

Nova metodologia antidumping da UE inclui padrões ambientais e sociais 2

UE se mobiliza para elevar utilização de tarifas preferenciais de comércio 3

Brexit: Conselho Europeu votará possível abertura do diálogo comercial com o Reino Unido 5

INFORMATIVO DE BRUXELAS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Em clima de otimismo, negociações UE-Mercosul chegam a momento decisivo

As negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia entram em um período de intenso intercâmbio no mês de dezembro, às vésperas da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Buenos Aires. A expectativa é que um acordo político seja anunciado às margens do encontro multilateral deixando apenas aspectos técnicos a serem finalizados em 2018.

De 29 de novembro a 6 de dezembro negociadores estarão em Bruxelas concluindo o que poderia ser uma rodada decisiva nas negociações iniciadas em 2001. Uma nova troca de ofertas de acesso a mercado é esperada, quando então serão negociados os aspectos considerados sensíveis no acordo, como as quotas tarifárias para carne bovina e etanol na UE.

Em evento em Bruxelas organizado pela Apex-Brasil conjuntamente com o Parlamento Europeu e a Missão do Brasil junto à UE na véspera das negociações, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, reafirmou o compromisso europeu em fazer "o que for necessário" para a conclusão do acordo "nos próximos meses". Na mesma linha, em encontro com representantes da sociedade civil europeia, a negociadora-chefe da UE, Sandra Gallina, declarou ser o fim deste ano o prazo para partes decidirem se são ou não "capazes" de concluir as negociações políticas, mesmo que o trabalho técnico se estenda a 2018.

Segundo relatou a negociadora europeia, progresso foi alcançado na grande maioria dos capítulos, restando diferenças mais substantivas nos textos de Barreiras Técnicas ao Comércio e Regras de Origem. A negociadora expressou sua frustração com este último de forma bastante direta em diferentes encontros Bruxelas. Segundo Gallina, dificuldades no tema de Regras de Origem decorrem das diferenças nos modelos econômicos aplicados nos dois blocos, sendo as regras no Mercosul similares à de uma "economia autárquica não adaptada em cadeias globais de valor.

continua

Textos para Serviços e Estabelecimento, Pequenas e Médias Empresas, e Comércio e Desenvolvimento Sustentável estariam, segundo a Comissão Europeia, com um andamento particularmente satisfatório. A negociadora destacou o compromisso dos países do Mercosul em especial no texto de Desenvolvimento Sustentável, no qual a Comissão teria encontrado dificuldades com outros parceiros no passado.

Por fim, em propriedade intelectual já foi aberto a período de oposição às listas de Indicações Geográficas (IGs) propostas de ambos os lados, havendo assim muito ganhos potenciais para a UE na conquista desta proteção. No que toca a patentes, a ofensiva europeia encontra resistência doméstica. Na véspera da rodada de dezembro em Bruxelas, um grupo de 28 eurodeputados assinaram carta enviada à Comissária de Comércio Cecilia Malmström alertando para possíveis efeitos negativos sobre os preços de medicamentos genéricos em países do Mercosul em decorrência dos direitos de propriedade intelectual mais restritivos que o Acordo poderia garantir às empresas no setor farmacêutico.

Incerteza sobre quotas tarifárias exalta ânimos em Bruxelas

Em Bruxelas, o clima de apreensão com relação às quotas tarifárias para produtos agrícolas considerados sensíveis tem se intensificado. Especulações por parte da imprensa acirraram ainda mais a pressão de representantes em Bruxelas por informações concretas. O tema, no entanto, não foi tratado durante a última rodada e, segundo Sandra Gallina, será decidido a nível político em momentos próximos à conclusão do acordo.

Rebatendo acusações de produtores europeus de que a abertura a produtos agrícolas brasileiros colocaria em risco a segurança dos consumidores na UE, Gallina afirmou que o capítulo de medidas sanitárias e fitossanitárias incluiria novas garantias no comércio bilateral. Gallina comparou o capítulo a um "contrato" por meio do qual parceiros passariam a implementar reformas e garantir maior cooperação e controle em produtos alimentícios.

Nova metodologia antidumping da UE inclui padrões ambientais e sociais

O Parlamento Europeu adotou no último dia 15 de novembro nova metodologia para cálculo de tarifas antidumping pela UE. A mudança ocorre diante da abertura de painel na OMC pelos chineses contra disposições da atual legislação de defesa comercial do bloco, que lista a China dentre as economias não de mercado.

Cerca de um ano após a publicação pela Comissão Europeia de nova proposta de legislação antidumping na UE, eurodeputados aprovaram o novo regulamento em plenário com 554 votos a favor, 48 contrários e 80 abstenções. O texto votado resulta de acordo firmado semanas antes entre os Estados-Membros, a Comissão e o relator do projeto no Parlamento, o eurodeputado italiano Salvatore Cicu (EPP), em processo conhecido como trílogo. As novas regras se aplicarão apenas a casos iniciados após a entrada em vigor da nova legislação, o que deverá ocorrer ainda este ano.

O novo regulamento suspende a lista de países considerados como economias não de mercado, e determina a aplicação de critérios únicos para análise de "distorções significativas" de preços domésticos para fins de cálculos antidumping. Dentre estes critérios estão: a influência do governo sobre empresas, sobretudo em custos e preços; a presença de empresas estatais; discriminação a favor de empresas domésticas; o grau de independência do setor financeiro; distorções no custo salarial; e acesso de empresas a financiamento por instituições não independentes do estado.

Além de tornar neutra a aplicação da metodologia antidumping europeia, o novo regulamento determina pela primeira vez a consideração de padrões trabalhistas e sociais em matéria de defesa comercial. Segundo o texto aprovado, a Comissão deverá produzir regularmente relatórios sobre países ou setores específicos para a verificação de "distorções significativas". Neste processo, a Comissão poderá levar em conta o cumprimento de padrões internacionais, tais como as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras convenções ambientais. Estes serão disponibilizados ao

público e, durante investigações, partes interessadas poderão submeter comentários sobre o seu conteúdo.

Na mesma linha, nos casos em que distorções de mercado forem detectadas e que, portanto, haja necessidade de utilização de preços de um país análogo, a Comissão deverá determinar que este possua níveis de proteção social e ambiental "adequados". Segundo o regulamento, será necessário à Comissão examinar se o país análogo de escolha está ou não em conformidade com convenções fundamentais da OIT ou outras convenções ambientais multilaterais.

Apesar do otimismo em Bruxelas, reações da China e compatibilidade das novas regras com a OMC ainda restam incertas

A UE se encontra sob pressão desde abril deste ano, quando a China abriu painel na OMC contra a metodologia de comparação de preços em investigações antidumping aplicada pelo bloco. Desde dezembro do ano passado, com a expiração de disposições do Protocolo de Acessão do país à OMC, a China reivindica o reconhecimento de seu status de economia de mercado para fins de cálculo de margem de dumping. Em termos práticos, isto implicaria que demais membros deveriam a partir de então utilizar preços domésticos chineses para determinar o valor "normal" do produto, ou seja, o valor ao qual será comparado o preço de exportação para a determinação da margem de dumping.

A UE alega que a utilização de preços domésticos para este cálculo somente pode ocorrer em economias de mercado, ou seja, quando acredita-se que os preços resultam de forças de mercado e não de intervenção governamental. A presença da China na lista de economias não de mercado na legislação europeia motivou sua reivindicação na OMC. Os próximos meses deverão revelar se a mudança satisfaz expectativas do país.

Em Bruxelas o dossiê foi alvo de intenso debate ao longo deste ano, sobretudo por setores como aço, alumínio, cerâmica, cimento, vidro, papel, painéis solares, bicicletas e químicos, todos os quais demandavam maior proteção contra a concorrência chinesa, que consideram desleal. Representantes destes setores apoiaram o texto aprovado, o qual avaliam ser um novo marco na defesa comercial europeia.

Diversos aspectos práticos na aplicação do novo regulamento permanecem, no entanto, pouco claros. Para experts, a linguagem por vezes vaga abre margem à interpretação, sobretudo na aplicação de critérios relevantes na determinação de distorções no mercado e também quanto aos níveis "adequados" de proteção social e ambiental na escolha de países análogos. A aplicação das novas regras – e mesmo sua compatibilidade com a OMC – deverá ficar mais clara no próximo ano, quando o novo quadro regulatório já estará em vigor.

UE se mobiliza para elevar utilização de tarifas preferenciais de comércio

O sucesso na conclusão e ratificação de acordos de comércio não garante na prática a incorporação do acesso preferencial às exportações entre parceiros, indica estudo da Comissão Europeia. O grau de utilização de regras preferenciais pelo setor privado varia em grande medida, tendo políticas de implementação papel essencial para que empresas se beneficiem das novas regras acordadas.

O estudo demonstra os diversos Acordos de Livre Comércio (ALCs) firmados pela UE e indica discrepâncias substantivas na taxa de aproveitamento dos mesmos (parcela de importações que utilizaram tarifa preferencial sobre o total de importações que seriam elegíveis para tarifa preferencial entre dois países).

Por exemplo, no acordo UE-América Central ao se analisar dados de comércio com a Costa Rica, constatou-se que apenas 16,6% das exportações da UE para a Costa Rica elegíveis para tarifa preferencial de fato a utilizavam. Por outro lado, a taxa de aproveitamento do ALC pelos exportadores da Costa Rica chegou a 92%. Para exportadores europeus, o mais alto grau de utilização foi constatado no acordo com a Coreia do Sul, no qual a taxa de aproveitamento

de tarifas preferenciais foi de 71% em 2016. Exportadores coreanos tiveram no mesmo ano aproveitamento de 87% de suas tarifas preferenciais com a UE.

Segundo o estudo, haveria três principais fatores limitando o aproveitamento de ALCs por exportadores: a falta de conhecimento quanto à existência dos acordos por parte das empresas; as dificuldades na compreensão dos regulamentos relativos a cada produto; e procedimentos complexos na obtenção dos documentos necessários à utilização do tratamento preferencial.
Com base em tais constatações a Comissão estaria atuando para superar falhas no fornecimento de informações de modo a apoiar empresas na utilização de tarifas preferenciais de exportação garantidas por ALCs. Além disso, no documento a Comissão se propõe a trabalhar com países parceiros em *roadmaps* de implementação de acordos futuros, proposta que poderia se aplicar ao atual acordo em negociação com o Mercosul. Delegações da UE em países terceiros teriam papel-chave neste processo, e poderiam, segundo a Comissão, trabalhar juntamente com embaixadas bilaterais dos Estados-Membros para assegurar a implementação efetiva de acordos comerciais negociados pelo bloco.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

México

as negociações para a modernização do acordo UE-México seguem intensas, com mais uma rodada na última semana de novembro. Em discussão com parlamentares no mês de novembro, o Diretor-Geral adjunto da DG TRADE, Mauro Petriccione, afirmou haver distâncias substantivas entre as partes nos capítulos de desenvolvimento sustentável e anticorrupção, serviços, e contratos públicos. Segundo declarações da negociadora-chefe europeia, Helena König, a intenção da Comissão é chegar a um acordo a nível político na rodada de negociações prevista para a semana anterior ao feriado de natal.

Chile

no último dia 17 de novembro foram abertas negociações para a modernização do acordo de Associação UE-Chile, com a primeira rodada tendo início no mesmo dia em Bruxelas. Segundo a Comissão Europeia, a modernização permitirá a inclusão de novos temas ao acordo como desenvolvimento sustentável, questões de gênero e apoio a pequenas e médias empresas.

O acordo UE-Chile entrou em vigor em 2003. Segundo dados da Comissão, nos últimos 14 anos as exportações europeias ao país cresceram 170% e importações, cerca de 50%. Em 2016, as principais exportações europeias para o Chile foram em transporte e maquinário, produtos químicos e manufaturados. Já as exportações chilenas para a UE no mesmo ano consistiram principalmente em alimentos, animais vivos, matérias-primas e manufaturados.

Bruxelas em movimento

Brexit: Conselho Europeu votará possível abertura do diálogo comercial com o Reino Unido

Com poucas semanas até a Cúpula do Conselho Europeu no próximo dia 15 de dezembro, as negociações Brexit tiverem passo acelerado no mês de novembro. No encontro, líderes dos 27 Estados-Membros restantes na UE deverão decidir se há "progresso suficiente" nas negociações para que possa ter início o diálogo sobre as futuras relações comerciais entre o Reino Unido e a UE.

O cronograma de negociações foi definido pelos europeus logo no início do processo: comércio só seria discutido uma vez acordados: i) o acerto financeiro (Brexit Bill); ii) os direitos dos cidadãos europeus no Reino Unido, e; iii) a situação da fronteira com a Irlanda. Os temas compõem os "termos de saída" do Reino Unido da UE.

Após seis rodadas de negociações sem grandes propostas na mesa, britânicos teriam alcançado internamente um acordo sobre o acerto financeiro na última semana de novembro. A proposta, que poderá ser apresentada ainda na primeira semana de dezembro, incluiria um sistema de cálculo que, segundo estimado por fontes da imprensa, resultaria em uma soma próxima de 50 bilhões de euros.

Para que negociações possam adentrar a segunda fase, no entanto, a mensagem de Bruxelas é que "progresso suficiente" é necessário nas três pendências de saída. Pelo momento, os avanços são pouco claros nas demais questões. A situação da fronteira com a Irlanda, em particular, tem sido matéria de crescente sensibilidade política.

Segundo estudos de impacto recentes, a Irlanda, único país a ter fronteira com o Reino Unido, será o Estado-Membro mais afetado pelo Brexit. Isto se dá não somente devido ao seu alto grau de integração econômica com o Reino Unido, mas também pelo recente processo de pacificação em sua fronteira com a Irlanda do Norte, após décadas de conflito transfronteiriço.

Nestas circunstâncias, a principal demanda irlandesa são garantias de que não haverá retorno de controles em sua fronteira com a Irlanda no Norte, sob risco de haver perturbação ao delicado equilíbrio alcançado entre as partes. Sem uma proposta "concreta e trabalhável" de como isto poderá ocorrer, a Irlanda ameaça exercer seu direito de veto ao avanço das negociações durante a Cúpula do Conselho Europeu.

A promessa de manter a fronteira sem controle é de difícil conciliação com declarações do Reino Unido de que abandonará o Mercado Único Europeu e a União Aduaneira. A busca britânica por autonomia regulatória exigiria que bens atravessando a fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte sejam sujeitos a controles aduaneiros para entrar no Mercado Único europeu.

Declarações recentes de Liam Fox, Secretário de Comércio britânico, de que a questão da fronteira irlandesa somente poderá ser discutida uma vez que as partes cheguem a um acordo de comércio, não tornam positivas as perspectivas de resolução do impasse nas próximas semanas. Do lado europeu, Michel Barnier, o chefe-negociador da UE, pressiona britânicos por propostas. "Ainda não estamos lá", declarou Bernier em encontro com representantes da indústria alemã no último dia 29 de novembro, "o tempo está passando, e isto implica menos tempo para discutirmos um período de transição ou nossas relações futuras".

AGENDA

Destaques de dezembro de 2017 e janeiro de 2018

29/11-06/12	**Bruxelas, Bélgica** • XXXI Sessão do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul – União Europeia.
10-13/12	**Buenos Aires, Argentina** • Formação do Conselho de Negócios Estrangeiros às margens da 11ª Conferência Ministerial da OMC.
11-14/12	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
15-18/01	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
22/01	**Bruxelas, Bélgica** • Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.

INFORMATIVO DE BRUXELAS | Publicação bimestral da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Gerência Executiva de Assuntos Internacionais – AI Gerente Executivo: Diego Bonomo | Gerência de Negociações Internacionais – NEGINT Gerente: Fabrizio Panzini | Equipe Técnica: Carolina Telles Matos e Eduardo Freitas Alvim | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até dezembro de 2017.